



Agência Petróbros

## Comissão do Senado vai discutir *royalties* do pré-sal e guerra fiscal

Senadores de todas as regiões vão compor o grupo que buscará acordo entre as bancadas estaduais

O presidente do Senado, José Sarney, deve assinar nesta semana ato criando comissão para analisar as reivindicações de governadores e outros políticos acerca do rateio de recursos do petróleo e sobre a permanência de empresas no Norte e Nordeste. **3**

Jane Araújo/Senado Federal



Sarney defende distribuição de recursos igualitária entre todos os estados, mas busca alternativas para os produtores não serem prejudicados. Na foto maior, plataforma P-34, de extração do pré-sal

CCJ analisa perda de mandato por desfiliação

CDR debate inclusão social e crescimento

CPI do Ecad deverá ser instalada amanhã

4



J. Freitas/Senado Federal

Primeiro a ocupar o cargo na Casa, Flexa Ribeiro afirma não ter receio de lidar com cobranças e expectativas

## Flexa Ribeiro inicia amanhã trabalho de ouvidor-geral

A Ouvidoria do Senado, órgão encarregado de receber críticas, denúncias e sugestões dos cidadãos

sobre as atividades da Casa, será formalmente instalada nesta terça, ao meio-dia. **2**

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para

SECS | SUPRES – Criação e Marketing



## Fontes de petróleo do pré-sal Audiência Pública

“ Os recursos, colocados em um fundo social, serão aplicados em desenvolvimento, ciência e tecnologia, sustentabilidade ambiental, cultura e ações de combate à pobreza. ”

Mauro Henrique é advogado da União e integrante da comissão interministerial que trata do marco regulatório do pré-sal.

[www.senado.gov.br/mudouparavoce2011](http://www.senado.gov.br/mudouparavoce2011)

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



Primeiro a ocupar o cargo de ouvidor-geral na Casa, o senador Flexa Ribeiro afirma não ter receio de lidar com as expectativas, dúvidas e cobranças dos cidadãos

# Ouvidoria do Senado será instalada amanhã

A OUIDORIA DO Senado, órgão encarregado de receber críticas, denúncias e sugestões dos cidadãos sobre as atividades da Casa, será instalada amanhã, às 12h. O cargo de ouvidor-geral será ocupado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), indicado pelo presidente do Senado, José Sarney, para mandato de dois anos.

Flexa Ribeiro afirma não ter receio de lidar com as expectativas e cobranças que podem recair sobre sua pessoa, como primeiro ouvidor do Senado.

– Há problemas e vamos trabalhar para que sejam superados. Muitas vezes as pessoas não têm acesso às informações, e essa falta de interação estimula juízos de valor que nem sempre correspondem à realidade do trabalho legislativo – avalia.

A Ouvidoria deverá receber e dar o devido encaminhamento às manifestações da população, tendo até 30 dias para respondê-las. O interessado terá direito de ser informado do andamento oferecido à demanda, exceto se a lei assegurar o sigilo.

– Todos os questionamentos serão respondidos, exceto os apócrifos [sem autoria]. Em qualquer hipótese, será também respeitada a identidade das pessoas que ocorrerem aos nossos canais – afirma Flexa Ribeiro.

Também caberá à Ouvidoria sugerir mudanças visando ao



Moreira/Maiz/Senado Federal

**Todo questionamento não anônimo será respondido, garante Flexa Ribeiro**

controle social e ao aperfeiçoamento da organização do Senado. Flexa Ribeiro acredita que esse trabalho será enriquecido por contribuições da sociedade. A Ouvidoria poderá ainda receber sugestões para aperfeiçoamento de projetos legislativos em andamento – com distribuição para autores e relatores – e novas ideias, que terão curso pelos canais institucionalmente previstos. Eventuais denúncias serão encaminhadas à Corregedoria.

O órgão vai contar com página própria no Portal do Senado e terá apoio técnico da Secretaria de Comunicação Social.

Flexa Ribeiro observa que há intenção de realizar, no segundo semestre, um seminário com a participação das principais ouvidorias dos três Poderes.

## TV Senado prepara debate sobre qualidade de vida no Ceará

Eunício Oliveira (PMDB), Inácio Arruda (PCdoB) e José Pimentel (PT) participarão, no dia 4 de julho, de debate sobre a qualidade de vida no Ceará. Essa será a segunda edição do programa *Assunto de Estado*, da TV Senado, que reúne os três representantes de cada estado para discutir os temas mais importantes para a população. O programa será transmitido ao vivo a partir das 21h30.

Os telespectadores poderão participar pelo Twitter (@tvsenado), pelo Alô Senado (0800-

612211) e pelo formulário de mensagens disponível na página do Senado ([www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado)). Questões ligadas ao crescimento e a dificuldades enfrentadas pelos municípios cearenses poderão ser enviadas com antecedência ou em tempo real para a produção.

*Assunto de Estado* estreou em 13 de junho discutindo os problemas de transporte em São Paulo. Participaram os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), Eduardo Suplicy (PT) e Marta Suplicy (PT).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Segunda-feira

### Plenário Dia do Orgulho Autista

11h Sessão especial para comemorar o Dia do Orgulho Autista, cujo tema é "O Brasil precisa conhecer o autismo". Às 14h, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

### Senado Três secretarias

9h A diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, abre o debate de hoje do ciclo Conhecendo o Senado. Às 9h10, palestra com Adriano de Faria, da Secretaria de Engenharia; às 10h, Luciano Freitas, da Secretaria de Patrimônio; e, às 11h, Pedro Ricardo Araújo, da Secretaria de Polícia.

## Terça-feira

### CMA Resíduos sólidos

9h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle debate com o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, entre outros, o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos. Logo depois, análise de projeto determinando que os animais silvestres apreendidos devem ser libertados em seu habitat.

### CDH Direitos sociais

9h Para debater a integração entre o desenvolvimento do país e os direitos humanos sociais, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove audiência pública para ouvir, entre outros, o secretário de Relações Internacionais do PCdoB, Ricardo Abreu.

## Defesa civil Sistema nacional

9h30 A Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil realiza audiência pública para ouvir o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

### CAE Ministro da C&T

10h Audiência pública com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, para debater a importância da inovação como garantia da competitividade da economia.

### CE Validade de exame

11h Entre outros itens, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina projeto que estabelece prazo de validade do exame da OAB.

## Ouvidoria Instalação

12h Cerimônia de instalação da Ouvidoria do Senado, na sala de audiências da Presidência da Casa.

### CDR Inclusão digital

14h Inclusão digital como fator de desenvolvimento regional é o tema do segundo painel do ciclo de debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Entre os participantes, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

### CPI Denúncias contra o Ecad

Instalação, logo após a ordem do dia da sessão plenária, de CPI para investigar denúncias de irregularidades no Ecad. Eleição do presidente e vice-presidente do colegiado.

## Quarta-feira

### CRA Segurança alimentar

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência pública para discutir o projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento, com a participação do presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Renato Maluf, entre outros.

### CCT Exploração sexual

8h30 As emissoras de rádio deverão veicular mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da internet. Projeto nesse sentido está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O colegiado também vota projetos de decreto legislativo que autorizam concessão de rádio.

### CAS Empregado doméstico

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que regulamenta o exercício da profissão de *sommelier* e proposta que assegura ao empregado doméstico o benefício do salário-família.

### CE Valorização do magistério

10h Audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre a valorização do magistério. Entre os convidados, o coordenador-geral de Operacionalização do Fundeb, Vander Borges; e o presidente da Associação Brasileira de Educação, Edgar Flexa Ribeiro.

### CCJ Coligações eleitorais

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina quatro propostas de emenda à Constituição, entre as quais a que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Também sabatina três indicados para o Conselho Nacional de Justiça.

## Reforma Regulamento Administrativo

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa analisa a proposta de alterações do Regulamento Administrativo do Senado.

## Quinta-feira

### Deficiência Combate à miséria

11h30 Audiência pública da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência para debater o tema "A pessoa com deficiência no plano Brasil sem Miséria". Entre os participantes, a secretária extraordinária para Superação da Extrema Pobreza, Ana Fonseca.

## Defesa civil Centro-Oeste

14h Os coordenadores da Defesa Civil da região Centro-Oeste se reúnem com os senadores da Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil.

## Sexta-feira

### CRA Código Florestal

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza seminário para discutir o Código Florestal. Foram convidados representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Wilson Santiago

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro\*

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:**

Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle

**Reportagem:** Cintia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

**Site:** [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF**

**CEP:** 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

\* Licenciados

Reivindicações feitas pelos governadores ao presidente do Senado deverão ser tratadas em comissão própria, a ser criada nesta semana

# Comissão vai discutir royalties e guerra fiscal

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, deve assinar, nesta semana, ato criando uma comissão para analisar as reivindicações de governadores e outros políticos relativas à divisão dos royalties do petróleo e à concessão de incentivos fiscais.

Sarney deve indicar o presidente da comissão, que funcionará nos moldes daquela que elaborou recentemente a proposta de reforma política, com prazo definido para concluir seus trabalhos. O grupo deve contar com 16 senadores – quatro da região Sudeste e 12 das outras regiões.

A intenção é buscar um acordo sobre o assunto entre as bancadas dos estados produtores – Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo – e dos demais. Também devem ser discutidas medidas que garantam a permanência dos investimentos no Norte e no Nordeste, agora que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais as leis de seis estados e do Distrito Federal que reduziram o ICMS para a instalação de empresas.

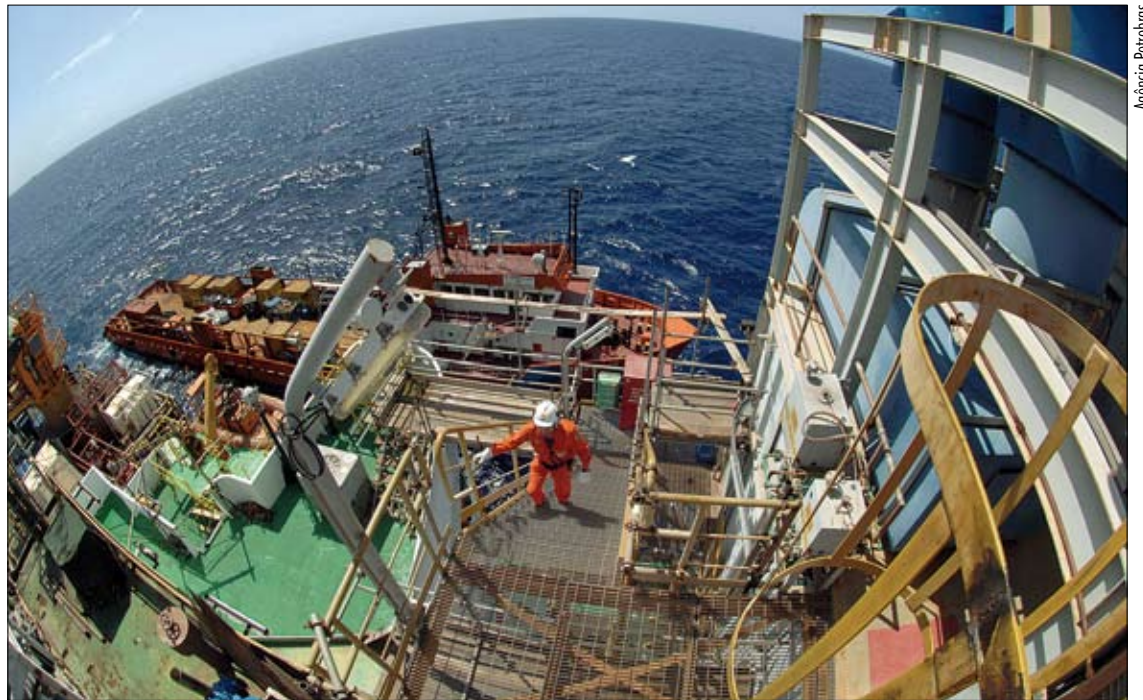
No último dia 15, governadores do Norte e do Nordeste estiveram em Brasília com o

presidente do Senado para tratar de medidas que possibilitem aumentar as receitas de seus estados e ampliar a renda de suas populações. Eles cobram do Congresso uma definição rápida sobre a partilha dos royalties e a concessão de incentivos fiscais.

No encontro, Sarney defendeu a distribuição igualitária – para todos os estados – dos recursos dos royalties oriundos da exploração do petróleo na camada pré-sal. Mas ressaltou a necessidade de buscar alternativas para que os estados produtores não sejam prejudicados.

– Não se pode prejudicar o que já foi concedido, mas daqui para frente tem que ter uma distribuição mais racional. Temos que encontrar uma forma na qual a riqueza do pré-sal possa ser redistribuída por todo o país – afirmou.

Em 2010, ao votar o marco regulatório do pré-sal, o Congresso aprovou emenda determinando a redistribuição dos royalties entre todos os estados. A emenda, muito criticada pelos representantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, acabou sendo vetada pelo então presidente Lula.



Plataforma P-34, a primeira a extrair petróleo da camada pré-sal: para Sarney, recursos devem chegar a todos os estados



Governadores das regiões Norte e Nordeste sugerem ao presidente do Senado medidas para aumentar receitas estaduais

## Nova divisão dos recursos

Composição da parcela de cada estado e do Distrito Federal no FPE, segundo proposta dos senadores Randolfe Rodrigues e Romero Jucá

DIVISÃO	CRITÉRIO
25%	distância existente entre o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) registrado por uma unidade da Federação brasileira e o IDH da própria unidade da Federação
10%	evolução decenal do IDH de cada unidade da Federação
13%	inverso da renda per capita de cada unidade da Federação
22%	proporção da população de cada unidade da Federação
5%	proporção da superfície do território de cada unidade da Federação em relação ao território nacional
5%	coeficiente de atendimento domiciliar de água tratada
5%	coeficiente de cobertura de esgoto domiciliar
5%	proporção de unidades de conservação e áreas indígenas em relação à superfície territorial da unidade da Federação
10%	proporção inversa do produto interno bruto (PIB) de cada unidade da Federação, sendo obedecido o limite máximo de 10% de fator de partilha, e a fração restante redistribuída aos demais estados e ao Distrito Federal

CRITÉRIO ADICIONAL	DIVISÃO
unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exclusive o Distrito Federal	85%
unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste mais o Distrito Federal	15%

## Distribuição do FPE poderá ter novos critérios

Uma nova fórmula para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) é defendida por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Romero Jucá (PMDB-RR). Projeto de lei de autoria dos dois senadores muda os critérios para a distribuição (veja quadro), passando a levar em conta indicadores como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), saneamento básico, preservação ambiental e arrecadação de impostos estaduais, entre outros.

A reformulação do cálculo é baseada em sugestão do Conselho Nacional das Secretarias Estaduais de Fazenda e atende a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a atual fórmula inconstitucional, determinando, no ano passado, que uma nova lei sobre o assunto fosse feita, sob pena de o FPE ser suspenso a partir de janeiro de 2013.

Randolfe Rodrigues explica que o princípio fundamental do FPE, de dar a maior parte do bolo para os estados mais pobres, não foi considerado inconstitucional pelo Supremo e está mantido no projeto. (Com informações da Agência Brasil)

## Ana Rita: "Novas regras só devem vigorar para os contratos futuros"

Ana Rita (PT-ES) disse na sexta-feira que a bancada capixaba e o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, defendem que as regras atuais de distribuição dos royalties do petróleo devem ser mantidas para os contratos já pactuados. Na opinião da senadora, novas regras só devem vigorar a partir dos contratos futuros.

– Os números devem ser mostrados. Se forem alteradas as receitas do Espírito Santo

estipuladas nos contratos em vigor, o prejuízo para o estado será muito grande. E não estamos falando de prejuízo político. Ele envolve a vida das pessoas que moram aqui – afirmou a senadora à Agência Senado.

Ana Rita apresentou, na quarta-feira, requerimento para criação de comissão mista especial destinada a discutir as propostas de redefinição da distribuição dos royalties aos estados.

## Comissão dos royalties deve sugerir projeto, diz Inácio Arruda

Os trabalhos da comissão a ser criada para discutir a distribuição dos royalties do petróleo podem resultar em um projeto de lei já no início do segundo semestre, disse Inácio Arruda (PCdoB-CE). O senador participou, este mês, da reunião entre governadores do Norte e do Nordeste com José Sarney.

Segundo ele, se a comissão entregar uma proposta, Sarney poderá apresentar um projeto de lei a partir do texto. A rapidez é necessária porque o pro-

jeto do Orçamento para 2012 também deve chegar ao Congresso no início do semestre.

No ano passado, o Congresso aprovou a distribuição dos royalties para todos os estados – e não apenas para os produtores de petróleo –, mas a medida foi vetada pelo então presidente Lula. Os governadores do Norte e do Nordeste querem a derrubada do veto. Inácio Arruda é contra o veto, mesmo defendendo uma cota maior para os estados produtores.

Das propostas que fazem parte da reforma política, ainda tramitam na Comissão de Constituição e Justiça um projeto já lido, dois aguardando relatório e três PECs

## Perda de mandato por desfiliação na pauta da CCJ

A REFORMA POLÍTICA voltará a ser tema da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira, às 10h, quando os senadores apreciarão mais uma rodada de proposições. Um dos projetos na pauta é o PLS 266/11, que prevê a perda de mandato para deputados e vereadores que, sem causa justa, se desfiliam do partido pelo qual se elegeram.

O PLS 266/11 foi lido na última sessão da comissão e deve ser votado em decisão terminativa. Relator da proposta, o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresentou emenda limitando a perda de mandato aos políticos eleitos pelo sistema proporcional (deputados federais, estaduais e distritais, e vereadores). Os eleitos pelo sistema majoritário (presidente e vice-presidente, governadores e vice-governadores, prefeitos e



Eunício Oliveira apresentou emenda ao projeto, que recebeu pedido de vista coletiva na última reunião

senadores) poderão mudar de partido sem perda de mandato, desde que a nova legenda também integre a coligação pela qual se elegerem. A matéria teve pedido de vista coletiva.

Ainda na pauta da CCJ, estão três propostas de emenda à Constituição. A PEC 42/11 exige referendo popular para que qualquer mudança no sistema eleitoral entre em vigor. Já a PEC 40/11

proíbe coligações partidárias nas eleições proporcionais. À espera de relatório na CCJ, está a PEC 43/11, que institui o sistema de lista fechada nas eleições para a Câmara dos Deputados, e tramita em conjunto com a PEC 23/11.

Também aguardam relatório na CCJ e fazem parte do pacote da reforma política os PLSs 267/11 (que tramita em conjunto com o 29/11) e 268/11.

### ACONTECEU NAS COMISSÕES

#### Eleição na mesma data é aprovada pela CCJ, que rejeita mandato de cinco anos para chefes do Executivo

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira a coincidência das eleições municipais, estaduais, distrital e federal. A mudança está prevista no relatório do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que rejeitou proposta que aumenta para cinco anos o mandato de presidente da República, governadores e prefeitos. A PEC 38/11 foi apresentada pela Comissão de Reforma Política do Senado e enviada para análise da CCJ, antes de ser submetida ao Plenário.

Para Renan, a realização dos pleitos na mesma data seria um "elemento motivador do entendimento entre os partidos políticos e as lideranças municipais, estaduais e federais, em benefício do interesse nacional". Conforme argumenta, a medida resultará em redução dos custos das campanhas e dos gastos da Justiça Eleitoral.

"O sistema atual, com eleições a cada dois anos, exige maior dispêndio de recursos humanos e financeiros, por parte da sociedade e do Estado", diz ele no substitutivo.

Para assegurar os direitos adquiridos pelos atuais mandatários,

a medida seria adotada apenas em 2018. Dessa forma, os prefeitos e vereadores eleitos em 2016 teriam, excepcionalmente, mandatos mais curtos, de apenas dois anos – o que propiciaria a unificação dos pleitos.

Em seu voto contrário aos cinco anos de mandato, Renan Calheiros argumenta que a medida "seria uma espécie de contrapartida" pelo fim da reeleição de presidente, governadores e prefeitos, previsto na PEC 39/11, que também foi rejeitada pela CCJ.

Além disso, o relator afirma que a mudança representaria a não coincidência entre o mandato do presidente da República e o dos parlamentares, "fator que dificulta a governabilidade e facilita a ocorrência de crises institucionais".

Para Renan, a mesma duração de mandatos do Executivo e do Legislativo favorece a sintonia de agenda dos dois Poderes, "em proveito da governabilidade e da eficiência administrativa".

Quanto às mudanças da data de posse de chefes do Executivo previstas na PEC 38/11, o relator acatou a proposta de posse de governador no

dia 10 de janeiro e de presidente da República no dia 15 do mesmo mês, mas propôs, no substitutivo aprovado pela CCJ, a posse de prefeitos em 5 de janeiro, e não 10, conforme previsto no texto original.

#### REELEIÇÃO MANTIDA

A proposta que proíbe a reeleição no Executivo (PEC 39/11) foi rejeitada também com base em relatório de Renan Calheiros. A matéria segue para exame do Plenário.

Na justificativa da proposta, os membros da Comissão de Reforma Política do Senado argumentam que o impedimento à reeleição foi uma "tradição republicana" vigente desde a Proclamação até que a Emenda Constitucional 16, aprovada em 1997, deu aos chefes dos Executivos a possibilidade de um segundo mandato consecutivo.

No entanto, o relator relembrou argumentos que levaram à aprovação da Emenda 16, como o tempo insuficiente do mandato de quatro anos, frente à magnitude das tarefas a cargo de presidentes, governadores e prefeitos.

"A reeleição, nessa perspectiva, seria preferível à ampliação simples dos mandatos, por oportunizar ao eleitor poder de veto sobre a recondução", afirma ele.

Renan afirmou ainda que a reeleição permite aos eleitores "premiar os bons governantes com um mandato adicional e punir os maus governantes com a recusa desse mandato". Para ele, a experiência de quase 15 anos com a prática da reeleição confirmaria "a pertinência desses argumentos".

Renan Calheiros: "Eleições a cada dois anos exigem maior dispêndio de recursos humanos e financeiros"



Lin de Paula/Senado Federal

## CDR debate inclusão digital e desenvolvimento regional

A inclusão digital como fator de desenvolvimento regional será debatida amanhã em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A reunião é a segunda das quatro previstas para o ciclo de debates proposto pelas senadoras Ana Amélia (PP-RS), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sobre os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil, considerando logística, inclusão digital e guerra fiscal.

Para o debate de amanhã, foram convidados o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo; o prefeito de Canela (RS), Constantino Orsolin; o presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid), Percival Henriques; e o gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, Paulo Eduardo Kapp.

No primeiro painel, em 4 de maio, o secretário executivo do Conselho de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria, Wagner Cardoso, advertiu que a indústria deve enfrentar, em novo ciclo de expansão da economia, um conjunto de restrições logísticas a seu crescimento, com impacto direto sobre a competitividade.



Ana Amélia



Lídice da Mata



Vanessa Grazziotin

#### Mercadante será ouvido na CAE sobre inovação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar audiência pública amanhã, a partir das 10h, com o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.

O objetivo do encontro é debater o tema "Economia e competitividade: a importância da inovação". O requerimento para a audiência é de autoria do senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

#### CCJ faz sabatina com indicados ao Conselho de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sabatina, na próxima quarta-feira, às 10h, três indicados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O primeiro a ser sabatinado será o advogado Jefferson Luís Kravchychn, que, candidato à recondução ao cargo, foi indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A decisão sobre a recondução de Kravchychn foi adiada na última terça-feira porque os senadores queriam esclarecer denúncia contra ele.

O indicado da OAB é acusado de ter divulgado seu voto à imprensa antes da conclusão de processo que tramitava no conselho, envolvendo um desembargador de Minas Gerais. Ele refuta a acusação.

Também serão sabatinados o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho, e o procurador Wellington Cabral Saraiva, indicado pela Procuradoria-Geral da República.

#### Senado instala amanhã a CPI do Ecad

A CPI destinada a apurar denúncias de irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) será instalada amanhã pelo Senado. A investigação foi proposta pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), em requerimento lido no Plenário dia 17 de maio, com 28 assinaturas de apoio.

Na instalação, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado, formado por 11 membros titulares e seis suplentes. Criado pela Lei 5.988/73, o Ecad é uma sociedade civil de natureza privada, tem a sede no Rio de Janeiro e 25 unidades arrecadoras.

#### CAS vota projetos sobre direitos dos trabalhadores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne quarta-feira, às 9h, para debater projetos que ampliam os direitos do trabalhador. O PLS 35/11 estabelece que o FGTS pode ser usado para educação. O PLS 369/09 permite ao empregado responsável por pessoa com deficiência ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário. O PLS 191/11 assegura ao empregado doméstico o salário-família. O PLS 289/06 cria aposentadoria especial para taxistas. O PLC 137/10 permite ao empregado ausentar-se do trabalho, sem prejuízo do salário, por até 30 dias, para cuidar da saúde de filho de até 12 anos.